

A NEGAÇÃO DO AFRICANO NAS LETRAS DE XAVIER MARQUES*

Rafael Rosa da Rocha¹

Resumo

Este trabalho objetiva discutir algumas das representações sobre a cultura negra presentes no romance *O Feiticeiro* (1914/1922), escrito pelo literato Francisco Xavier Ferreira Marques (1861-1942), que utilizou da obra ficcional para delinear a Bahia no contexto das últimas décadas do século XIX e início do século XX a partir de uma perspectiva regionalista. Assim, buscamos analisar a narrativa de Marques colocando em destaque as representações elaboradas acerca do africano. Argumentamos que, segundo o autor, o africano era encarado como um entrave para o avanço da civilização nos trópicos. Portanto, esforçamo-nos no sentido de compreender como Xavier Marques pensou a Bahia, refletindo sobre a sua inserção no cenário brasileiro, de acordo com os modelos de civilização e progresso teorizados pelos pensadores europeus.

Palavras-chave: Feiticeiro. Africano. Xavier Marques.

Em 1897, Xavier Marques publicou o romance *Boto & Cia*. Alguns anos mais tarde, em 1914, reescreveu a obra, intitulado-a *O Feiticeiro*, que veio a lume nas páginas do jornal *A Notícia*, sob o formato de folhetim. Nesta versão, o texto ficcional ganhou novos contornos e significados. De acordo com a nota de abertura do folhetim, o romance se apresentava “completamente refundido, substituídos muitos dos seus capítulos, desenvolvidos outros, alterados mesmo o caráter de alguns personagens”. E o autor prosseguia: “O Feiticeiro é um trabalho novo e não conserva do antigo senão os cenários, as figuras, estas retocadas, e o pensamento a que obedecera o romancista”.²

Entendemos, portanto, que o romance do literato nascido em Itaparica, Bahia, estava conectado aos acontecimentos históricos do período. É provável que *O Feiticeiro* tenha sido escrito sob os influxos do *Primeiro Congresso Universal das Raças*, de 1911. Realizado em Londres entre os dias 26 e 29 de junho, contou com a participação de João Batista Lacerda (1846-1915), formado em medicina pela

* Esse texto é um extrato do terceiro capítulo do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade do Estado da Bahia – UNEB, intitulado O feiticeiro: representações da cultura negra em Xavier Marques.

¹ Mestrando em História Social pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Lida com temas como História e Literatura, Saúde e Doença e Práticas de Cura durante a Primeira República na Bahia. E-mail: xrr.rocha@gmail.com.

² O FEITICEIRO. *A Notícia*, Salvador, 19 set. 1914, p. 5.

Faculdade do Rio de Janeiro, autor de pesquisas na área de fisiologia, microbiologia e conhecedor dos campos de zoologia, antropologia e paleontologia. No Congresso, apresentou a comunicação *Sobre os mestiços no Brasil*, financiado pelo então governo do marechal Hermes da Fonseca.

O objetivo da comunicação de Lacerda foi apresentar, perante o mundo, o Brasil como um país que estava no caminho do progresso, não obstante ser uma nação de elevada mestiçagem. Tendo em vista que o argumento central do trabalho girava em torno de uma perspectiva futurista, o autor destacava que, dentro de 100 anos o Brasil seria um país predominantemente branco.³

Os argumentos de Lacerda se materializavam na qualificação do mestiço não como um sujeito autêntico, mas transitório e, por conseguinte, encarando o negro “no estado de mais completo embrutecimento no qual é possível decair uma raça humana”. Para ele, esse estado de brutalidade impedia o negro africano de se libertar do cárcere da escravidão. Em outras palavras, os governos de algumas nações civilizadas se revoltaram contra essa desumanidade, que não pesava em nada na consciência desses carrascos. A Inglaterra, dentre outras, viu-se obrigada a tolerar os corsários para pôr a termo esse tráfico vergonhoso.⁴

Para Lacerda, o escravo trazido para o Brasil era incapaz. De modo que tal incapacidade inviabilizava o progresso da nação. A “nefasta imigração forçada” de escravos pesou sobre os destinos do Brasil, implicando em resultados morais desastrosos que só desapareceriam com o tempo. Depois da abolição, os negros começaram a viver da maneira mais selvagem possível, arredios e rebeldes à civilização, começariam a desaparecer lentamente do território.⁵

A justificativa do cientista brasileiro se baseava na negação e condenação do africano escravizado e trazido para o Brasil. Conforme Lacerda, os “vícios de linguagem, vícios de sangue, concepções errôneas sobre a vida e a morte, superstições grosseiras, fetichismo, incompreensão de todo sentimento elevado de honra e de dignidade humana” envenenaram as gerações que se seguiram. A presença africana “irritou o corpo social, aviltando o caráter dos mestiços e abaixando o nível dos brancos”.⁶

3 LACERDA, João Batista. *Sobre os mestiços no Brasil*, 1911. Apud SCHWARCZ, Lília Moritz. *Previsões são sempre traiçoeiras*. João Batista de Lacerda e seu Brasil branco. Fontes, v. 18, n.1. 2011. p. 225-242.

4 Ibidem, p. 235.

5 Ibidem, p. 239.

6 Ibidem, p. 236-237.

No *Primeiro Congresso Universal das Raças*, o atraso do país foi explicado a partir da inserção do negro na sociedade brasileira. A importação em uma vasta escala, da raça negra ao país, exercera uma influência aviltante sobre o progresso da nação. De acordo com Lacerda, a presença africana retardou por muito tempo o desenvolvimento material do Brasil e tornou difícil o emprego de suas imensas riquezas naturais. "O caráter da população ressentiu-se dos defeitos e os vícios da raça inferior importada".⁷

É fundamental admitir que a comunicação proferida por João Batista Lacerda no *Primeiro Congresso Universal das Raças*, localizado num preciso intervalo de dezessete anos transcorridos entre a publicação de *Boto & Cia* em 1897 e *O Feiticeiro* em 1914, exercera influência inegável à reedição da primeira obra sob o título da segunda. Quer dizer, o romance de 1914 foi escrito num período em que as questões de cunho racial se materializavam para explicar o atraso civilizacional do país e, ao mesmo tempo, propor soluções nem sempre otimistas. Marques se apropriou dessas discussões para elaborar sua narrativa ficcional. O debate acerca da mestiçagem enquanto um fator decisivo para conduzir o país em direção ao progresso é corrente em seu romance, junto à presença do africano, como imagem e símbolo indissociavelmente ligado à ideia de atraso.

Essa reflexão é fundamental para pensarmos alguns trabalhos acadêmicos que se debruçaram sobre o romance de Marques, a exemplo de Gabriela dos Reis Sampaio⁸, Wlamyra Albuquerque⁹ e Gilberto Ferreira Sena Junior¹⁰. As interpretações divergem no ponto de vista e questionamentos. Entretanto, há um ponto que liga os pesquisadores: a maneira como se aproximam do romance. Todos os autores abordam a narrativa de Marques visualizando os embates entre abolição e república, como se *O Feiticeiro* e *Boto & Cia* fossem semelhantes em relação à temporalidade. A proposta desse estudo é abordar como *O Feiticeiro*

⁷ Ibidem, p. 242.

⁸ SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Majestades do oculto: imagens de líderes religiosos negros na literatura dos oitocentos no Brasil. In: George Evergton Sales Souza; Gabriela dos Reis Sampaio; Lúgia Bellini. (Org.). *Ensaio de história religiosa do mundo luso-afro-brasileiro*, séculos XIV - XXI. 1 ed. Salvador, BA: EDUFBA e Corrupio, 2006, v. 1, p. 1-369.

⁹ ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. Cia das Letras, 2009. p. 238.

¹⁰ SENA JUNIOR, G. F. *Do banguê às avenidas: Xavier Marques e a identidade baiana na Primeira República*. 2011. 145f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 2011.

estava envolvido pelos debates raciais da década de 1910. Uma obviedade que não escapou ao olhar do articulista da nota introdutória do folhetim, um trabalho novo que não conserva do antigo senão os cenários.¹¹

***O Feiticeiro*: africano enquanto degenerador social**

O – “Feiticeiro” – é um romance sentimental e de costume da Bahia nos últimos anos de Império. [...]

O ponto inicial do entrecho do livro é o prazo dado por alguns amigos íntimos numa excursão de domingo no campo.

Do “pique nique” fazem parte os personagens principais de toda a história. Salustiano, um mulato, “baixo, encorpado, imberbe, abotoado no seu redingote de serviço público”, pequeno burocrata à espera da promoção ou de uma nova tabela de vencimento para satisfazer a sua única aspiração na vida, o casamento com Pomba, a mestiça de que se enamorara para sempre. [...] Paulo Boto e d. Branca, pessoas mais [...] distintas do rancho, formam um casal recente que ainda [aprecia] o deleite da lua de mel; com eles, vai d. Eulália, irmã da Branca, a Lali, como chamavam, que sequiosa de um noivo aqui vai encontra-lo. [...]

Com as suas mil igrejas, sua religião sonora [...], com as suas festas populares, com os resquícios ainda vivos da raça escravizada, com os “candomblés” e os feitiços, Roma branca e Roma negra, ao mesmo tempo, ainda não perverteu a Bahia e Deus queira que o não perverta a originalidade do seu tipo tradicional.¹²

Essa resenha de João Ribeiro (1860-1934) sobre *O Feiticeiro* foi publicada em 20 de fevereiro de 1922, nas páginas de *O Democrata*. Nela, Ribeiro demonstra aos leitores como um passeio nos arrabaldes da Salvador imperial ganha um conjunto de significados no romance de um baiano que retratou as práticas e os costumes da cultura negra, colocando em perspectiva a formação e o progresso da nação. As linhas da resenha de João Ribeiro, sintonizadas à arquitetura ficcional de Marques, sugerem desejo irrequieto por uma Bahia mítica onde imperasse a harmonia entre as raças.

Entretanto, resente-se da Salvador material. Cidade cuja paisagem expunha ruas sujas, capoeiras, despachos, atabaques, samba de roda e Candomblés. Elementos resenhados e postos, segundo projeto encampado por Marques e refratado em Ribeiro, em rota de colisão à civilização pretendida. É sob essa perspectiva que iniciamos a discussão sobre a negação do africano como prerrogativa para a inserção da Bahia e da nação brasileira nos rumos do progresso.

11 O FEITICEIRO. A *Notícia*, Salvador, 19 set. 1914, p. 5.

12 RIBEIRO, João. *O Feiticeiro*, de Xavier Marques. *O Democrata*, Salvador, 20 fev. 1922, p.1.

Em *O Feiticeiro*, a preocupação do narrador foi dar sentido aparentemente mágico às descrições dos rituais de candomblé, a partir da urdidura da cena do piquenique nos arredores de Salvador, bem como das constatações acerca da necessidade de conduzir para o futuro a Bahia, frente ao “atraso civilizacional” proporcionado pela herança da escravidão, pelas práticas e costumes advindos da Costa da África e que “contaminavam” a “nobre raça branca”.

No romance, uma “moça de família” – *Eulália*, cunhada do Ogã – angustia-se por ter recorrido aos rituais do candomblé para resolver seus problemas de ordem sentimentais. Há no texto dois universos culturais distintos, intermediado pelo Ogã *Paulo Boto*, porém relacionais, em uma sociedade na qual tanto uma frágil moça envolta em conflitos morais, quanto um “assombroso” africano com seu “riso canino” eram personagens possíveis.

Amâncio Neri, enamorado da doce *Eulália*, almejava-a como futura esposa. Todavia, a derrocada na candidatura política conservadora o fez rumar ao Sertão, voluntariamente, a fim de resgatar dívidas do pai, além de aliviar o pesado tombo da derrota no pleito. Ao partir, adoeceu e ficou impossibilitado de escrever para *Eulália*. Esta ficou desolada, pois *Amâncio Neri* não escrevera a tempo, como prometido. Logo, *Pomba*, descendente da costa africana, inculcou-lhe ser feitiço, coisa de *D. Tomásia*, que objetivava casar a filha *Antonieta* com o mesmo mancebo. Após encontrar uma “coisa feita” à porta de casa, *Eulália* e a família ficaram ainda mais aflitas, pensando que o amado não voltaria.

A partir de então, o som característico dos terreiros que se ouvia sempre nos arredores da cidade, a partir de setembro, começou a perturbar o juízo de *Eulália*. Não havia ali quem o não conhecesse, ao menos de ouvir dizer, o eco infundável dos batuques africanos. “Quantas vezes, noite alta e calma a atmosfera, não chegava esse ruído de uma cadência inquietadora até ao coração da cidade, até ao ninho das Pombas, até ao leito de outras mais seletas damas, povoando-lhes o pensamento e sono de larvas negras e sonhos abracadábricos, inclusive Lali”.¹³

A partir desse relato, percebemos, nas primeiras páginas do romance, uma interessante análise do papel que o feitiço representava para extratos heterogêneos da sociedade baiana do período. A narrativa dialógica que se segue é enfática neste sentido:

¹³ MARQUES, Xavier. *O feiticeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 27.

Voltando do mato [Salustiano] anunciou em presença das senhoras:
- Encontrei agora um feitiço, debaixo daquela árvore.
Paulo [Boto] sorriu da ignorância do amigo. Este, vendo-lhe a cara incrédula, protestou:
- “Coisa feita”, evidentemente.
- Que foi que viste, Salu[stiano]?
- Ao pé da gameleira, entre as raízes, muito azeite de dendê, um prato cheio de bobó de inhame, uma galinha morta numa poça de sangue... Lá está, se quer ver...
Branca e a irmã franziram o nariz, com repugnância. E o lojista [Paulo Boto], que no seio da família fugia de ostentar conhecimentos de tais coisas, não pôde todavia condescender com o erro do outro.
- Estás muito enganado – disse. – Aquilo que viste não é “coisa feita”, é uma oferenda, é um sacrifício aos santos dos nossos pretos africanos e crioulos. Aquela arvore é um altar, se não é mesmo uma divindade...¹⁴

É relevante pontuar que distintas posições coadunam-se na trama, constituindo, pois, um instigante diálogo verossímil com a história. Este diálogo se apresenta a partir da relação entre um comerciante de classe média, *Paulo Boto*, a sua família e o seu amigo *Salustiano*, escriturário mestiço. Ademais do intercâmbio exercido pelo comerciante junto ao feiticeiro, *pai Elesbão* que “coisa feita” ganha o sentido simbólico de repugnância, do impuro e da violação dos costumes.

Nessa seara, uma discussão fremente é travada pelos personagens acerca das práticas religiosas, cuja tônica deixa transparecer uma mediação do narrador acerca da presença africana na Bahia. Na tentativa de instruir *Lali, Boto* afirma:

- Ingênuo Lali! – exclamou Boto. [...] Há muita velhacaria, mas há também boa fé no meio dessa gente [africana]. Pergunto eu: quem o mais culpado – o negro que faz pela vida, explorando a credence do branco, ou o branco civilizado e católico que procura o africano e se deixa explorar? Não me consta que eles obriguem mulher casada, viúva ou solteira a ir às suas capelas dar dinheiro em troca de vaticínio ou remédios. Elas vão por sua livre vontade, porque crêem e não consideram o passo nem ridículo nem vergonhoso.¹⁵

A comparação entre os costumes brancos “civilizados” e negros numa perspectiva positiva, por *Paulo Boto*, que figura na narrativa de Marques, não obstante parecer uma defesa nostálgica do africano, como argumenta Albuquerque, é mais uma das representações elaboradas pelo autor acerca da influência do africano sobre os “bons costumes”. É pertinente ressaltar que a relação entre as personagens do romance tem um significado indicativo acerca das concepções do africano e do mestiço de Xavier Marques.

¹⁴ Ibidem, p. 17.

¹⁵ Ibidem, p. 19.

Paulo Boto, seus familiares e seus amigos, juntamente com o mestiço *Salustiano*, *Pomba* e *Josefa*, formam um grupo heterogêneo, a partir do qual Marques representou ficcionalmente a sociedade baiana do final dos Oitocentos. Entendia o personagem *Paulo Boto*, a princípio, como um elogio de Marques ao entrelaçamento, também, dos costumes. Entretanto, *Boto* é a única personagem branca e de classe média que se posicionou favoravelmente aos africanos, quando nem mesmo os mestiços da trama assim se colocavam – ao contrário, negam suas práticas e tentam “limpar” a geração futura, como vimos na discussão do item anterior. O posicionamento de *Boto* se apresenta como uma crítica a figuras como ela, que transitavam na sociedade nos finais do século XIX e representavam atraso civilizacional.

O texto ficcional de Xavier Marques se manifesta contrário às autoridades que divergiam no tratamento a ser dado aos candomblés. É possível que este posicionamento dúbio fosse um dos fatores que contribuíam para a permanência e manutenção desses costumes. A crítica do narrador se materializa quando tais relações se apresentam como uma forma de “contaminação” dos costumes civilizados. Com efeito, percebe-se que o universo da literatura assume um importante papel de criação e difusão de representações, pois é no desenrolar desta história que o feiticeiro ganha importância, ainda que na forma de credence popular, como degeneradora das práticas e costumes civilizados. No diálogo entre *Amâncio* e *Eulália*, versando sobre as aflições e tensões gerados pelos rituais africanos, percebemos a importância do feitiço, ou o medo que gerava nas camadas médias do período:

Enquanto esperávamos, de longe, à porta da casinha, ouvíamos aquele batuque interminável [...] Quantos pensamentos me assombraram! Vultos de negros feiticeiros, negras alucinadas, loucas, vinham atormentar-me e davam-me vontade de fugir dali mais que depressa. Pomba tão calada, tão quieta, que eu cheguei a perguntar-lhe se estava rezando. Mal me respondia: pareceu-me uma pessoa desacordada. Houve um instante em que não sei o que vi nos olhos dela... Assustou-me. Tive medo daqueles roncões que saiam do mato. Imaginei que os negros e as negras do terreiro vinham contra nós, que era um levante, que Paulo, Salustiano e você não voltariam mais daquela baixada...

- Imaginação para o horrível... Nervoso... Efeitos dessas histórias tétricas que nos contam desde a infância – levante de malês e hauçás, guerras de quilombos, malefícios de bruxas... Nós todos vivemos mais ou menos assombrados por estes espectros, pelo negro e o seu feitiço.

- Também crê no feitiço?

- Sim e não. Uma “coisa feita” nunca é de todo inócua.

- Mas o que é o feitiço?

- É uma cousa que se faz antes para o mal do que para o bem do enfeitado...
- Com beberagens, comidas, venenos...
- Esta é a ideia comum que se faz da "cousa feita". É toda material. Mas isso é a maldade, a perversidade, o crime de todos os dias. Os efeitos mais poderosos do feitiço são sutis e vão diretamente à alma. Olhe, Lali, se a pessoa a quem eu estimo ou sou indiferente me arma um feitiço, desde o momento em que desconfio, a minha perturbação não se define [...] Em certas almas o feitiço é o pai do pavor... [...] É este o poder dos feiticeiros, de quem muitos riem, mas todos se temem. É por isso que eu digo: nós somos governados pelo feiticeiro.¹⁶

Muito embora não se descarte outras possibilidades, o governo do feitiço é um dos fatores principais para o narrador, para compreendermos a relação de pessoas de classes abastadas com os africanos feiticeiros, curadores. Para *Lali*, os rituais eram assombrosos e atormentavam-na os vultos de feiticeiros alucinados. *Pomba* é uma amiga próxima de *Eulália*, e apesar de tentar negar os conhecimentos que emanam de suas origens, entra em transe quando os batuques começam a rufar. É sob a influência da amiga que *Lali* recorre aos ritos misteriosos do feiticeiro, quando *Amâncio* foi ao sertão, devido à derrota nas eleições.

O filho do comendador, quase desesperado, resolveu se ausentar da cidade por alguns dias, mesmo sabendo que iria decepcionar *Eulália*. Ainda que cômico das consequências pensou: "Paciência. Era preciso fugir às curiosidades, às mil questões com que o amofinariam não só em casa do Boto, mas na rua, amigos e os conhecidos".¹⁷ Não se sentia com força bastante para ter calma e rir da própria desgraça. Então foi recuperar algumas dívidas que o pai tinha no interior da Província, cuja cobrança o comendador não queria confiar a um caixeiro qualquer.

O papel do feiticeiro ganha força a partir dessa narrativa. Marques enreda o texto de forma a encaminhar o leitor a uma concepção mágica do feitiço e aos seus mistérios. Entretanto, o final da trama desqualifica tanto o feitiço quanto o feiticeiro, como veremos algumas linhas mais à frente. De fato, uma crítica às credices e superstições populares que envolviam a Bahia e a impedia de progredir. Uma crítica ainda mais severa aos brancos que se envolviam e davam credibilidade a tais personagens presentes nas páginas dos jornais durante o século XIX e durante o período republicano.

¹⁶ MARQUES, op. cit., 1975, p. 72-73.

¹⁷ *Ibidem*, p. 88.

A trama do feitiço: articulações e engenharia social

Quando *Amâncio Neri* informou da viagem para o sertão, todos se alvoroçaram. Não concebiam uma partida tão repentina. Logo, decidiram investigar as razões para a saída do jovem dos limites da capital. Constataram que era, de fato, uma viagem de negócios. Mas, passados duas semanas, *Eulália* começou a se inquietar. As lembranças sobre os casos de esponsais contados por *Pomba* tomaram-lhe as ideias. A família inteira se afligia e começavam a rivalizar com o grupo familiar do *dr. Brasilino*, um distinto médico da cidade do Salvador.

- O dr. Brasilino é o marido de d. Tomásia... – disse Branca; e acrescentou:
- É verdade... essa senhora e a filha parece que se inimizaram conosco. Não sei porque. Não lhes demos motivos. Há pouco tempo, na missa da Sé, nos reviraram os olhos. Depois disso, passaram aqui duas vezes, nos viram na sacada e fizeram o mesmo gesto de aborrecimento. Não foi, Lali?¹⁸

O que *D. Branca* não sabia era que o comendador *Neri*, pai do mancebo que cortejava sua irmã, estava de negócios com *dr. Brasilino* para casar *Amâncio* com sua filha. *Paulo Boto*, logo após a fala da mulher, emudecera. Articulou ideias e concluiu que se tratava de negócios do matrimônio. As concepções acerca da viagem do personagem são significativas para compreendermos a crítica do narrador à superstição popular que tomavam a Bahia. Em outras palavras, o que para a aflita *Lali* começava a se constituir como uma peça macabra tramada por *D. Tomásia* para casar a filha com seu pretendente, era na realidade uma articulação familiar do matrimônio entre a família do *dr. Brasilino* e a do comendador *Neri*.

Na trama, *Josefa*, mãe de *Pomba*, foi quem intensificou as aflições da família:

- Coitado! Não escreve, não pode, nem lhe deixam pensar um instante no mal que faz. Quer-lhe bem, mas não a vê... Cegou. Se a visse era como se lhe aparecesse o inimigo. Anda por lá com a cabeça virada... Só vê a outra, só pensa na outra... Feia, tornou-se linda, roubou a graça da infeliz, deixou-a na sombra... e persegue-o...
[...]
- É feitiço, minhas boas senhoras!... É a obra de d. Tomásia, que é uma feiticeira chapada, que nunca deu um passo na sua vida sem feitiçaria...
[...] Eis aí quem é a mulher e o que ela está fazendo, a poder de dinheiro. Vejam agora como se avém. Se não acreditam nem se previnem, esperem pelo resultado... Que Deus não o permita, mas eu já estou vendo tudo...¹⁹

¹⁸ Ibidem, p. 95.

¹⁹ Ibidem, p. 96-97.

A influência da *Josefa* faz com que empurrem as senhoras, tanto *d. Branca* como *Lali*, para a vingança no feitiço “com fé ou sem fé.” Aqui é pertinente retomar as reflexões elaboradas no tópico anterior acerca da mestiçagem. O que o narrador aponta como um elemento positivo da mestiçagem, quando *Josefa* se orgulha por “limpar a geração”, camufla um elogio volátil, pois nosso autor materializava uma crítica ao lento e aparente processo de civilização dos costumes. Em outras palavras, deveria haver um projeto mais intenso que controlasse tais práticas. Essa hipótese de trabalho fica evidente na personagem *Josefa*, visto que se, por um lado, orgulha-se de “limpar a geração”. Por outro lado, insistia na recorrência aos rituais e às práticas “fetichistas”, objetivando resolver problemas amorosos. Portanto, havia, na trama de Marques, o desejo que a Bahia se constituísse como uma sociedade civilizada a partir dos princípios liberais e republicanos.

É possível pensar o desejo de se incluir da personagem *Josefa* como uma das prerrogativas que a elite da sociedade baiana elegeu enquanto critério para a aparente inserção social dos negros. Muito embora essa não seja a perspectiva desejável do projeto republicano, que tinha em um dos seus princípios a Educação. Entretanto, Wlamyra Albuquerque ensina que a racialização da sociedade e a manutenção dos lugares de privilégio foi um dos mecanismos amplamente utilizados durante os anos iniciais da República.²⁰ Nesse sentido, se o projeto republicano tinha fracassado ou caminhava para o fracasso, a República lançou mão de outros mecanismos, que excluía os “incivilizados”.

A ideia de civilização, para Marques, estava intimamente relacionada com a permanência, física ou simbólica, dos costumes africanos, materializados em sua narrativa na personagem *Elesbão*. Nos dizeres da personagem *Pomba*, *Elesbão* residia à Rua do Alvo e era “respeitado... A casa vive cheia, quer de noite, quer de dia. E não é gente ruim quem o procura: são brancas, gente de qualidade, e até mulheres ricas...”.²¹ As figuras que se relacionavam e não sabiam dispensar o tratamento adequado aos candomblés, analisadas pelos historiadores João José Reis e Gabriela Sampaio, foram designadas pelo ficcionista Xavier Marques como “gente de qualidade e até mulheres ricas”. *Elesbão*, patrono e condutor de tais

20 ALBUQUERQUE, op. cit. 2009. p. 37.

21 Ibidem, p. 98.

relações, deveria ser um príncipe aprisionado pelos chefes de outra tribo e vendido aos negreiros a troco de fumo e cachaça. As artes da feitiçaria, a sua “primitiva” dignidade sacerdotal, arregimentavam o seu profundo conhecimento dos seres e objetos divinizáveis. Muito embora isso não significasse, para o literato, na credibilidade aos ritos “fetichistas”.

O narrador descreve o africano *Elesbão* de modo que as suas características “assombrosas” pudessem impactar os leitores. Apesar de possuir “figura atlética”, o feiticeiro de Marques também tinha olhos “meio ictéricos” e em cada uma das “façoilas cor de polme de café tinha um gilvaz oblíquo e lustroso”. Em outras palavras, era meio zoroastro e tinha uma cicatriz horrenda em cada face negra, larga e grosseira. Aqui, o autor itaparicano utiliza das marcas e cicatrizes da escravidão para dar tons assombrosos à sua personagem. Para além disso, é possível pensar nessa descrição a percepção de Marques acerca dos malefícios da escravidão enquanto um elemento dúbio sobre a inserção do negro no processo civilizacional. Neste sentido, uma questão é pertinente: não seria provável que Marques tivesse caracterizado *Elesbão* como um ex-cativo rebelde da Revolta dos Malês que sofrera diversos castigos, utilizando do medo infundido durante a Revolta para amedrontar suas personagens e, mais explicitamente, para reforçar o imaginário assombroso e demonstrar o lugar do negro incivilizado na sociedade Bahia da década de 1910?

Ao longo de todo o texto, aparecem diversas descrições de feitiços, para unir ou separar amantes, enlouquecer ou curar e, quiçá, matar pessoas. Aparecem também parágrafos bastante detalhados sobre os objetos do culto, bem como imagens e nomes de santos e divindades africanas, especialmente Xangô e Obatalá. Não obstante Marques ter articulado sua narrativa de modo a desmistificar as religiões advindas da Costa d’África, busca na descrição dos objetos e rituais representar a organização das festas do modo como ocorriam. O episódio da festa no terreiro e a descrição dos trajés de *tio Elesbão* é bastante significativo:

Recebendo esta alta cortesia, saudados assim pelo terreiro agradecido, os seus protetores sorriam uns para os outros. Elesbão deu então alguns passos para o assento que o esperava. A cabeça encoifada num gorro de veludo amarelo vergava um pouco sobre o peito da camisa de babados, que lhe caía como uma sobrepeliz por cima das calças.
-Orá-iê-iê! – clamam todos em delírio.
Ela revolteia, dá um último pinote, empalidece e por fim baqueia como fulminada por um raio de Xangô...

- Tem o diabo no corpo – disse Amâncio, disfarçando a sua própria angústia.
- Não, - emendou Paulo – foi o santo que lhe chegou à cabeça...²²

É possível notar alguma semelhança das vestimentas da personagem ficcional de Xavier Marques com o pai de santo Juca Rosa. Gabriela Sampaio ensina que Rosa aparecia vestido com roupas especiais. As roupas de babado, e um gorro de veludo com franjas e bordas prateadas.²³ Segundo a autora, as descrições das cerimônias e dos rituais conduzidos por Juca Rosa, em 1871, “assemelham-se muito, e em alguns pontos são até idênticas, a descrições de rituais de religiões afro-brasileiras como o candomblé e a umbanda do início do século XX e até mesmo dos dias atuais.” Ao buscar as origens dessas religiões, Sampaio percebeu “que muitas práticas religiosas diferenciadas, que podem ter influenciado a formação do que se conhece hoje como candomblé e umbanda, aconteciam durante o período colonial, bem como no início do século XIX”.²⁴

A narrativa de Marques se apresenta a partir de uma vasta pesquisa acerca dos rituais do candomblé que recheavam as páginas policiais de diversos jornais entre os finais do Império e boa parte do período Republicano. O nome da personagem fictícia *Elesbão* foi alternativa de Marques para construir seu personagem em paralelo com figuras particulares. Segundo João Reis, Elesbão do Carmo ou Dandaró foi um dos líderes da Revolta dos Malês.²⁵ É bastante provável que Marques tenha se apropriado das reverberações que a Revolta teve no período e, por conseguinte, das inquietações que ela gerou para construir sua personagem. Neste sentido, buscou, com a figura do feiticeiro da rua do Alvo, difundir o medo nas moças de família, dentre elas *Eulália*, que se atormentava e sonhava com a figura do feiticeiro e com seu assombroso “riso canino”, que materializava uma representação do negro como animalizado pela escravidão.

Os espaços descritos no romance também apresentam uma perspectiva que remete à ideia de atraso, concretizada na narrativa que retrata a casa de tio *Elesbão*, por exemplo. Para o narrador, “toda a casa tresandava a ranço, azeite de dendê e a ervas maceradas. E de canto a canto passeavam cágados,

22 Ibidem, p. 40.

23 SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Juca Rosa: um pai-de-santo na corte imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

24 Ibidem, p. 190.

25 REIS, João José. *A Revolta dos Malês em 1835*. Disponível em: <http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/documentos/a-revolta-dos-males.pdf> Acesso em: 5 out. 2013.

afocinando quiabos e retraços de outras hortaliças”.²⁶ Esse trecho é apresentado quando *Josefa*, que tinha ido à casa do feitiçeiro para tentar resolver os problemas sentimentais de *Eulália*, apresenta a situação a *Elesbão* e dizendo ser um problema da família de *Paulo Boto*. Neste ponto da narrativa, Marques começa a enredar as articulações de sua narrativa de modo a desacreditar o elemento mágico do feitiço e desmistificá-lo frente aos seus leitores. Nesta perspectiva, *O Feitiçeiro* se apresenta como um mecanismo de orientação de como conceber as religiões afro-brasileiras. Em outras palavras, para o narrador, era preciso que aquelas religiões fossem encaradas enquanto superstições. Era preciso que entendessem como funcionavam os rituais: mera articulação. Um jogo de troca de informações e favores.

Na narrativa, *Paulo Boto*, conhecedor dos ritos dos candomblés, começa a participar das articulações e artimanhas do feitiço involuntariamente. Em conversa com alguns clientes, *Boto* avistou a escrava *Belmira*, “a lavadeira filha de santo, alta, magra, de saia branca e focinheira cor de melado”.²⁷ *Boto* incumbiu a escrava, sob a promessa de lhe ajudar comprar a alforria e de ajudar o terreiro contra as perseguições a pedido de *Elesbão*, de colher informações com a lavadeira que trabalhava na casa do comendador *Neri* sobre o casamento de *Amâncio* e a filha de *dr. Brasilino* e *d. Tomásia*.

As informações trazidas pela escrava *Belmira* deixaram *Boto* mais tranquilo, pois *Amâncio* estava chegando. “As palestras e longas conversações com *Eulália* eram ocasiões de suspeitas, sobressaltos, alusões, ciúmes que iam acentuando dia a dia e que lhe impunham grande esforço de provas para a tranquilizar”.²⁸ Seu retorno não tinha tirado as impressões e o medo do feitiço. *Amâncio*, por seu turno, começa a se alinhar ao clube republicano, a se embrenhar, mais uma vez, na política. Suas noites eram repartidas entre a casa do Terreiro de Jesus e as sessões do Clube Republicano. “Frequentava o clube sem dizer palavra ao *Boto*, para quem república era brinquedo perigoso de criança”.²⁹

Em *O Feitiçeiro*, Marques enreda os conflitos acerca da incipiente aceitação dos princípios republicanos na Bahia de fins do século XIX. É possível considerar que

26 MARQUES, op. cit. 1975, p. 102.

27 Ibidem, p. 108.

28 Ibidem, p. 137.

29 Ibidem, p. 187.

o episódio que será narrado posteriormente tenha alguma relação com o “massacre do Taboão”. Na ocasião, enquanto estudantes da Faculdade de Medicina da Bahia se preparavam para recepcionar Antônio da Silva Jardim (1860-1891), o mais radical propagandista do Partido Republicano, foram atacados pelos monarquistas, que desejam impedir a manifestação.³⁰ Conforme testemunho de Silva Jardim, travou-se um “rude conflito sofrido”, patrocinado por “capadócios, ferozes homens de cor”.³¹

Na obra ficcional, os boatos sobre repressão policial e incêndios no Clube Republicano corriam a cidade e *Amâncio* cada vez mais se envolvia com os ideais republicanos. Por outro lado, as chuvas e o Clube não o deixavam estar todas as noites no terreiro – o que afligia ainda mais *Eulália*. O episódio do ataque monarquista ao Clube Republicano também é um artifício do enredo do narrador, objetivando desacreditar os ritos africanos, pois um conjunto de situações interligadas se apresenta para demonstrar que as superstições populares ainda ligavam a Bahia ao passado colono-imperial – o que precisava ser liquidado.

O episódio demonstra as ausências de Amâncio ao terreiro, descrevendo um dia decisivo para seu ideal republicano. Não tinha ido porque o chamaram com urgência os consócios do Clube. Os militantes baianos iam deliberar sobre a recepção de um emissário republicano, vindo da Corte. Em meio às discussões, os jovens republicanos resolveram receber o correligionário. Logo após as deliberações, começou um tumulto:

Amâncio correu à janela, no momento em que um capadócio da malta, trepado ao poste de um lampião, defronte do clube, acabava de apagá-lo. Percebendo a cilada, deu aviso do perigo, e desceu as escadas com um grupo de consócios. [...]

Tinha aumentado o número de atacantes. Os republicanos foram recebidos à porta com injúrias e “foras”.

Entre as duas saídas que a rua lhe oferecia Amâncio preferia a ladeira em direção à Ajuda. Começou a esgueirar-se por aí, mas um dos clubistas, mais afoito, pensando intimidar os maltrapilhos, sacou de um revólver e disparou-o. Os agressores responderam a pedradas. [...]

Inerme, desamparado, vendo todas as portas trancadas, hesitou um momento. Não podendo, porém, retroceder [...] recobrou ânimo e prosseguiu a correr. Das pedras que lhe arremessavam, uma o alcançou. Vendo-o claudicar, os bandidos saíram do beco a vibrar cacetes contra os muros, o que o forçou a correr mais, apesar de ferido. Os capadócios desistiram de persegui-lo.³²

30 ALBUQUERQUE, op. cit. 2009.

31 JARDIM, Antônio Silva. Memórias e viagens, 1891 apud ALBUQUERQUE, op. cit., 2009, p. 145.

32 MARQUES, op. cit., 1975, p. 192.

Não obstante longa, a citação é importante para ilustrarmos o desenrolar da trama. O ataque ao Clube Republicano foi planejado pelo feiticeiro *Elesbão* que em conversa com o subdelegado *Silva*, o mesmo afirmou a *Boto* que o ataque foi coisa do babalorixá, pai do terreiro. Nas palavras da personagem *Silva*: " - Impus-lhe. [...] Dei-lhe palavra que continuará a gozar de toda a liberdade, de todas as garantias para os santos e o candomblé, com a condição de ele fazer com que os tais republicanos se dispersam".³³

A narrativa de Marques não só tangencia o episódio do Clube Republicano para desacreditar as práticas e costumes da cultura negra. *O Feiticeiro* é repleto de significados simbólicos acerca da mestiçagem. Entretanto, não se pode entender as concepções dos costumes ali presentes sem perceber as relações entre os episódios narrados e as personagens. Em outras palavras, as aflições de *Eulália* eram infundadas e o feitiço não passava de uma credice popular; uma superstição atizada pelas influências da negraria que a cercava. Marques constrói um enredo apresentando a magia das religiões afro-brasileiras para, no desfecho de sua narrativa, desmistificá-la, apresentá-la como uma superstição que degenerava os costumes civilizados.

Voltando aos acontecimentos narrados, *Amâncio Neri* decidiu, depois de muito tempo, contar ao comendador que estava de namoros com *Eulália*, apesar de já saber que seu pai estava interessado em casá-lo com a filha de *dr. Brasilino, Antonieta*. O comendador não disse nem que sim, nem que não, fazendo, assim, persistir a dúvida que inquietava seu filho. Da mesma forma, *Eulália* estava atormentada. Percebendo a aflição da amiga, *Pomba* convenceu *Josefa*, sua mãe, a voltar ao tio *Elesbão*. É pertinente transcrever a mensagem do feiticeiro a *Josefa*:

Ele mandava dizer ao ogã que o filho do comendador estava sofrendo uma grande dor no coração, morrendo como carneiro, desgostoso, apaixonado por causa da embriandade do pai. Enquanto o pai resistisse, ele não sairia do Clube; ao contrário, havia de comprometer-se cada vez mais. Não se queixava a ninguém; andava disfarçando a paixão, enganando a própria moça com quem queria se casar.³⁴

Boto, então, chega à resolução que o babalorixá tinha suscitado: fazer chegar aos ouvidos do comendador, ligado aos princípios conservadores, que *Amâncio* somente se desvincularia do Clube Republicano se casasse com *Eulália*. Lembrando-se do que lhe dissera o subdelegado *Silva* e da promessa feita a este

³³ Ibidem, p. 202.

³⁴ Ibidem, p. 219.

pelo feiticeiro, chegou à seguinte reflexão: “quem sabe que resolução tomará o comendador afim de afastar o filho de uma companhia realmente perniciosa [os republicanos]. Se ele conseguir afastá-lo, há de ser a troco de alguma concessão...”.³⁵ Assim, *Boto* concluiu que *Elesbão* tinha matado “dois coelhos de uma só cajadada”.

A resolução dos problemas amorosos de *Lali*, atiçados por *Pomba*, trata-se, na realidade, de uma crítica elaborada por Xavier Marques à recorrência de pessoas brancas e das classes abastadas aos rituais do candomblé. As articulações entre um comerciante em ascensão, o ogã *Paulo Boto*, o subdelegado *Silva* e o feiticeiro *Elesbão* mostram a concepção de Marques acerca daqueles rituais: mera credence popular e superstição. Não obstante a narrativa apontar para uma leitura de valorização do elemento mágico do feitiço, o desenrolar da trama mostra o contrário, pois o elemento religioso é caracterizado, durante a maior parte da história, como uma credence popular. Segundo a resenha escrita por João Ribeiro,

a Bahia sem o feitiço seria o mesmo que a Bahia sem o catolicismo, um ente imperfeito e incompleto. Um dos encantos daquela terra é a dupla personalidade euro-africana toda feita de meiguice, devoção, força e misticismo. [...] Como quer que seja, as pessoas do nosso drama, ainda que quase todas, da nobre raça branca, pagam esse tributo da superstição lacrada de seu meio. Quando sobrevêm accidentes, desgostos, ausências inexplicáveis [...] não há remédio senão recorrer ao feitiço [...] aos infectos e lóbregos tempos africanos e aos seus grosseiros manipulansos para achar um lenitivo e esperança ou para dar volta ao infortúnio.³⁶

Neste sentido, o resenhista considerou a mistura das práticas culturais importante para a formação de uma “baianidade”, compactuando com a visão de Xavier Marques, segundo a qual a mestiçagem era um traço importante da formação social, não obstante encarar que a “nobre raça branca, paga esse tributo da superstição lacrada de seu meio”.

É importante ressaltar que, no período em questão, a década de 1920, o culturalismo começava a se firmar enquanto discurso, concretizando a importância do negro na formação da Bahia e do Brasil.³⁷ Entretanto, o que se observa, diante do exposto, é a ausência prática do culturalismo na sociedade do período. Destarte, os argumentos de João Ribeiro, autor da resenha, deixam claro,

³⁵ Ibidem, p. 223.

³⁶ RIBEIRO, João. O FEITICEIRO, de Xavier Marques. *O Democrata*. 20 de janeiro 1922, p. 1.

³⁷ SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)* São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 178.

também, que o elemento religioso era encarado como uma superstição. Portanto, havia uma ambivalência no tratamento da cultura negra, tanto em João Ribeiro resenhando Marques, quanto no próprio literato itaparicano, que se materializou em um discurso dual, tanto de valorização (aparente), quanto de depreciação.

Os problemas sentimentais de *Amâncio e Eulália* foram resolvidos a partir da articulação e engenharia social de tio *Elesbão*, que já andava prestes a falecer. É possível considerar que Marques associou a morte de *Elesbão* à queda do regime monárquico brasileiro. Assim procedendo, torna o desaparecimento do sacerdote tão inevitável quanto à derrocada do Império. O feiticeiro africano representa em Marques algo que ainda estava para ser superado. Uma severa crítica aos rumos que a República tinha tomado.

Enfim, embranquecer o Brasil não era a única ordem. Também era preciso desafrikanizar. A narrativa de *O Feiticeiro* orientava seus leitores diante do quadro complexo da composição racial da sociedade brasileira e baiana que representava um entrave nas pretensões de consolidação de um projeto civilizacional.